

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES FERNANENTES

4.a SESSAO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSAO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETARIO — Jorge Sato

2.º SECRETARIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETARIO — David Federmann

4.º SECRETARIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISAO DAS COMISSOES

COMISSOES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSAO LEGISLATIVA

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quilse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETARIO: Rita Celestino Soares

REUNIOES: As quartas-feiras

COMISSAO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETARIO: Eloy Silva Baptista

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETARIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIOES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSAO DE INSTRUÇÃO PUBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TERRAS, IMIGRACAO E COLONIZACAO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETARIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE SAUDE PUBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Heroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETARIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quilse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIOES: As terças-feiras

COMISSAO DE POLICIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE REDACAO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETARIO: Lúcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quilse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETARIO: José Tavares Canto Filho

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICACOES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETARIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 15 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 213ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 29 de Novembro de 1974 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Borsari Neto.

As 9,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arthur de Souza — Domicio Scaramella — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 09/74, que aprova Termo Aditivo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o prosseguimento e ampliação de esforços na implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Organização e Modernização Administrativa. — **Aprovado.**

1. a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/74, de autoria do Deputado Iris Caldart, que cria a Divisão da Ata, Anais e Publicidade, subordinada ao Departamento Legislativo e dá outras providências. Sem parecer. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1.º — A Seção de Redação da Ata e a Seção de Anais e Publicidade com competência definida pelas alíneas C e B, inciso III, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, passam a integrar a Divisão da Ata, Anais e Publicidade.

Art. 2.º — Fica criada a Divisão da Ata, Anais e Publicidade, subordinada ao Departamento Legislativo, compreendendo as Seções:

- a) Seção de Anais e Publicidade; e
- b) Seção de Redação da Ata.

Art. 3.º — O inciso III do artigo 12, passa a ter a seguinte redação:

“A Divisão de Redação de Debates e Diário da Assembléia compete:

- a) Pela Seção de Redação de Debates:

1 — Proceder a revisão dos discursos documentos e restante da matéria destinadas ao Diário da Assembléia;

2 — organizar com as traduções taquigráficas, os documentos e demais elementos fornecidos pela Divisão de Taquigrafia, a Ata integral dos trabalhos da Assembléia, ou de suas Comissões, para publicação no Diário da Assembléia;

3 — registrar, na publicação a observação, quando for o caso, de que o discurso não foi revisto pelo orador, ou de que a matéria lida em Plenário não foi encaminhada à Divisão de Redação de Debates e Diário da Assembléia.

- b) Pela Seção do Diário da Assembléia:

1 — Proceder a composição dos discursos documentos e restante da matéria para confecção do “Diário da Assembléia”;

2 — Ter sob sua guarda e responsabilidade os documentos destinados à inserção no “Diário da Assembléia”;

3 — Publicar na devida oportunidade os discursos não devolvidos em tempo e encaminhar aos órgãos oficiais a matéria lida no decorrer das Sessões ou das reuniões de Comissão, que deva ser publicada na íntegra, ou em súmula.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Iris Caldart

JUSTIFICATIVA

O tempo é fator inexorável para tornar obsoletos diversos fatos na marcha da evolução natural das coisas, e a legislação e a administração pública não escapam desta constante.

O presente plano de lei tem por objetivo atualizar e tornar consentânea uma dessas situações, onde a prática diária revela-se mais dinâmica, modificando a rotina dos serviços, conquistando excelentes resultados, porém sem o respaldo da legislação, que remonta o ano de 1967, através o Decreto número 573.

A medida ora proposta visa tornar de direito, uma situação existente de fato, que sem dúvida tornará mais dinâmica a administração do Departamento Legislativo, fornecendo-lhe melhores condições para desincumbir-se de suas atribuições.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 2, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/74.
 Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 214ª Sessão Ordinária
Realizada em 29 de Novembro de 1974 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Hélio Manfrinato e Borsari Neto.

As 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arthur de Souza — Domicio Scaramella — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ovidio Franzoni — Ivo Rocha — Paulo Camargo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 277, 278 e 291/74, do Senhor Governador do Estado, o qual comunica haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.:

47/74: Do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo, a declarar de Utilidade Pública a Sociedade Operária Beneficente Lindóia, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.629. — **Agradeça-se.**

235/73: Do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que denomina Antonio Pereira de Carvalho, a Escola Técnica de Comércio, do Município de Alto Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 6.630. — **Agradeça-se.**

64/74: Do Senhor Deputado Antonio Belinati, que dá nova Redação ao Artigo 1.º da Lei n.º 6.531, de 22 de abril de 1974, o qual convertido em Lei tomou o número 6.631. — **Agradeça-se.**

Sob os n.ºs. 276 — 280 — 281 — 282 — 283 — 284 — 285 — 286 e 287/74, do Senhor Governador do Estado, no qual comunica haver VETADO os Projetos de Lei n.ºs.:

74/74: Do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, que visa dar nova redação ao art. 4.º da Lei n.º 54, de 22 de novembro de 1963. — **A CCJ.**

428/68: Do Senhor Deputado Ovidio Franzoni, que objetiva dar ao Município de Nova Olímpia as divisas que especifica. — **A CCJ.**

321/68: Do Senhor Deputado Fuad Nacli, que visa a criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Alvorada D'Oeste, no Município de Cascavel, com sede na localidade do mesmo nome, com as divisas que especifica. — **A CCJ.**

631/65: Do Senhor Ex-Deputado Arnaldo Busato, que visa a criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Rio 14, no Município e Comarca de Francisco Beltrão, com sede na localidade do mesmo nome. — **A CCJ.**

233/68: Do Senhor Deputado Ovidio Franzoni, que visa a criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Vidigal, no Município de Cianorte, com sede na localidade do mesmo nome, com divisas que especifica. — **A CCJ.**

564/62: Do Senhor Ex-Deputado Antonio Anibelli, que visa a criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Tiradentes no Município de Barracão, com sede na localidade do mesmo nome, com as divisas que especifica. — **A CCJ.**

156/69: Do Deputado Haroldo Bianchi, que visa transferir a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Jacarezinho à sede do Município de Barra do Jacaré, numa extensão de 30 (trinta) quilômetros. — **A CCJ.**

11/70: Do Senhor Deputado Fuad Nacli, que visa criar uma Circunscrição de Trânsito no Município de Centenário do Sul, com jurisdição nos Municípios de Lupionópolis, Cafeara, Miraselva, Florestópolis e Porecatu. — **A CCJ.**

91/74: Do Senhor Deputado Jorge Sato, que visa declarar como de utilidade pública, a Sociedade Religiosa “Seicho-No-Ie” do Brasil, com sede central e foro na Capital do Estado de São Paulo. — **A CCJ.**

Sob o n.º 588/74, do Senhor Venâncio Martins da Silva, comunicando que em data de 19 do corrente, recebeu do Senhor Dr. Silas Polti, pedindo licença para tratamento de saúde, afastando-se do cargo de Chefe do Executivo de Rio Branco do Sul, por período indeterminado. Por este motivo assumiu aquele cargo o Senhor Venâncio Martins da Silva. — **Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Santos Lima, solicitando inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão, do Projeto de Lei n.º 179/74.

— de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 85/74.

— de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando dispensa de publicação de Redação Final, para o Projeto de Lei n.º 88/74. — **Aprovado.**

— de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 272/73.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência e inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão, do Projeto de Lei n.º 185/74.

Requerimento

Senhor Presidente.

Hoje transcorre o trigésimo nono aniversário da intenciona comunista no Brasil. É uma página triste de nossa história. Página de traição. Traição aos sentimentos de cristianismo e de brasilidade de nosso povo. Soidados morreram assassinados, na calada da noite. São passados vários anos, mas o fato está presente, em todos aqueles que não tem memória fraca e serve como advertência aos que não acreditam no perigo do comunismo.

Reverenciamos nossos irmãos, mortos em 1935 com a nossa oração, com a nossa disposição de luta, pelo Brasil e pela Família brasileira.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1974.

(a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, CONSIDERANDO que o Município de Campo Largo é o mais importante da área Metropolitana, tendo-se em vista o número elevado de indústrias ali instaladas, as quais geram riquezas, inclusive para o Estado do Paraná; CONSIDERANDO que referidas indústrias para se comunicarem com os centros maiores vem encontrando dificuldades nas ligações telefônicas;

CONSIDERANDO o congestionamento de veículos na Rodovia do Café, que liga aquele Município à Capital, tornando difícil e demorada a vinda até Curitiba,

REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, seja dirigido um veemente apelo ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam tomadas providências imediatas para implantação do sistema DDD no Município de Campo Largo, pelas razões acima apontadas.

Sala das Sessões, em 29.11.74.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente.

Trancorre a 30 do corrente o Dia do Cinema. É oportuno, portanto, algumas considerações a respeito desse importante veículo educativo.

O cinema deve ser, instrutivo, educativo, divertimento. E aqui cabe uma pergunta: — que espécie de cinema nós temos? E a resposta infelizmente não pode ser outra: — o pior cinema.

O cinema que temos por aí, com raríssimas exceções, tem as qualidades acima apontadas, mas todas no sentido negativo da formação para o mal, para a delinquência, para a degradação.

O cinema ajuda a formar o homem. E forma para a crime, para o desajuste, para a revolta, para a gozação, para o chiste com coisas sérias, para a vagabundagem. O abuso do sexo, a corrupção das famílias, o uso da bebida, estão presentes na maioria dos filmes.

Não se concebe, pois, que existam filmes nacionais, desse gênero, premiados e financiados pelo Poder Público nem a importação de filmes estrangeiros da mesma espécie, que nos levam divisas.

Daí porque, ao ensejo da passagem do Dia do Cinema, requeremos que, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de louvor ao Padre Emir Calluf pela sábia campanha que vem encetando pelo bom cinema, através o jornal local, "A Voz do Paraná".

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1974.

(a) Antônio Lopes Júnior

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 273/71, que autoriza o Poder Executivo construir através da S.V.O.P., um prédio, para o Ginásio Estadual da sede do Município de Itaguai. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 283/73, que cria Cursos Normal e Científico, no Município de Terra Roxa para funcionar no próximo ano letivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 21/74, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Ministro Mozart Victor Rutsomano, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 38/74, que autoriza o Poder Executivo elevar a pensão mensal do Senhor Fred Hauber para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros). — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 39-74, que autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio na cidade Francisco Beltrão. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 54/74, que autoriza o Poder Executivo, conceder pensão mensal ao Senhor Otávio Moreira da Silva, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 55-74, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santa Amélia, Kombi Wolks ano 1966 e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 68/74, que objetiva doar ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, o lote de terreno sob n.º 4-B, com 1.290,00 m2, da Planta Geral da sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 71/74, que autoriza o Poder Executivo, elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a pensão mensal de Maria Alves Espinheira, viúva de ex-Funcionário Público Estadual. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 77/74, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Matelândia, lotes urbanos da quadra 81, 67 e 68, destinados à construção de prédios para Agência de Rendas, Delegacia e Cadeia Pública respectivamente, e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 92/74, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Colombo, 10 (dez) destocadores mo-

dão 6a-DET e 2 (dois) guinchos Hister, números, séries e lotes que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 106/74, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Auxiliadora de Senhoras da Quarta Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 108/74, que declara de Utilidade Pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá com sede e foro na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 128/74, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores "Professora Eunice Maria Boni", do Colégio Estadual Governador Paulo Pimentel, da cidade de Mandaguai. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 176/74, que concede gratificação de Produtividade de que trata a Lei n.º 6.593/74, no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) aos ocupantes dos cargos que especifica, da Parte Suplementar do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas e da Parte Permanente da Assembléia Legislativa. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/74, de autoria da Comissão Executiva que eleva os subsídios dos Deputados Estaduais para a 8.a Legislatura na forma que especifica. Sem parecer. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Os subsídios dos Deputados Estaduais, para a 8.a Legislatura, nas suas partes fixa e variável, bem como as ajudas de custo, ficam fixados em dois terços (2/3) dos subsídios e ajudas de custo pagos aos Deputados Federais nos termos do art. 22, item II, da Constituição do Estado, e art. 13, item VI da Constituição Federal.

Parágrafo Único — Os valores dos subsídios e da ajuda de custo serão reajustados por ato da Mesa, sempre que ocorra alteração dos atribuídos aos membros do Congresso Nacional.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1974.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiazi Filho — 2.º Secretário

O CONGRESSO NACIONAL...

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os Membros do Congresso Nacional perceberão, na legislação a iniciar-se em 1.º de fevereiro de 1975 o seguinte subsídio:

a) — parte fixa de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros)

b) — parte variável de trinta (30) diárias no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) por mês.

§ 1.º — As partes fixa e variável do subsídio serão pagas mensalmente.

§ 2.º — O Membro do Congresso Nacional que não comparecer a sessão ou comparecendo não participar da votação terá a diária descontada.

§ 3.º — Por sessão extraordinária, em cada Casa, até o máximo de oito (8), e por sessão do Congresso a que comparecer, o Deputado ou Senador perceberá o valor da diária prevista na letra "b" deste artigo.

Art. 2.º — Os Membros do Congresso Nacional perceberão ajuda de custo anual de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) paga em duas parcelas iguais, uma no início e outra no encerramento da sessão legislativa.

§ 1.º — Será paga também idêntica ajuda de custo na sessão legislativa extraordinária convocada na forma do § 1.º, do artigo 29 da Constituição Federal.

§ 2.º — O pagamento da segunda metade da ajuda de custo só será feito se o Congressista houver comparecido a dois terços (2/3) da sessão legislativa ordinária, ou da sessão legislativa extraordinária.

Art. 3.º — Os valores dos subsídios e da ajuda de custo fixados nos artigos anteriores serão reajustados, por ato das Meses de cada uma das Câmaras, a partir, inclusive de 1976, nas mesmas épocas e segundo a mesma base estabelecida para os vencimentos dos funcionários federais.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário...

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132/74, de autoria do Deputado Xenofonte Villanueva, que declara de Utilidade Pública a Creche Vila Oliveira, com sede e foro no Município de Rolândia. Sem Parecer, **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 132/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Creche Vila Oliveira, com sede e foro no Município de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em Curitiba, 28 de agosto de 1974.

(a) Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

A Creche de Vila Oliveira situada no bairro operário da cidade de Rolândia, foi construída e é mantida através de doações da paróquia local e contribuições da comunidade. Conta atualmente com instalações que lhe permitem atender a 90 crianças que ali permanecem do período compreendido entre às 6 horas e às 20 horas, a fim de que suas progenitoras, todas mães pobres, possam exercer humildes profissões.

Pelo trabalho realizado por sua direção e pelo muito que tem sido feito à comunidade, justifica-se a Lei que se propõe.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 132/74

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tendo em vista que o Projeto de Lei n.º 132/74, do qual sou relator nesta Comissão, e que pretende declarar de utilidade pública a Creche Vila Oliveira, de Rolândia, não está devidamente instruído, requiero que o mesmo seja convertido em diligência a fim de que a documentação exigida pela Lei pertinente seja anexada à matéria.

Sala das Comissões, em ... de outubro de 1974.

(a) Antônio Lopes Júnior

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166/74, de autoria do Deputado Xenofonte Villanueva, que denomina Unidade Escolar Professor Francisco Villanueva, a atual Unidade Escolar de Vila Oliveira, do Município de Rolândia. Sem parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 166/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SUMULA: Denomina Unidade Escolar Professor Francisco Villanueva, a atual Unidade Escolar de Vila Oliveira, do Município de Rolândia.

Art. 1.º — Fica denominada "Unidade Escolar Professor Francisco Villanueva", a Unidade Escolar de Vila Oliveira, do Município de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Curitiba, 8 de outubro de 1974.

(a) Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

O Professor Francisco Villanueva, nascido em 31 de maio de 1882, em Tamandaré, neste Estado, filho de imigrantes espanhóis, vindos da província de Granada e que dedicavam-se a atividades hortigranjeiras, cursou suas primeiras letras em Curitiba. Aos 18 anos de idade transferiu-se para o Rio de Janeiro, indo trabalhar na composição gráfica de jornais a fim de prosseguir seus estudos durante o dia. Tendo feito concurso para o Telégrafo Nacional, após ter cursado por dois anos a Escola Militar, foi designado para chefear o Departamento de Telegrafia e Comunicações do Palácio do Catete, então sede da Presidência da República, funções que ocupou durante 15 anos. Neste período de tempo, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo no entanto se transferido para São Paulo, onde cursou a Faculdade de Direito daquela cidade, recebendo seu título de Bacharel na Turma de 1917. Durante o período que viveu no Rio de Janeiro já demonstrava pendor para a profissão que iria exercer durante a maior parte de sua vida, pois foi muitos anos Professor da Escola Orsina da Fonseca. Ao terminar o seu curso de Direito, passou a exercer a advocacia na Capital de São Paulo, sendo chefe do corpo jurídico que assessorava a firma Marcondes, colonizadora de tantas áreas de terras, onde se plantaram cidades hoje pujantes como: Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Assis e outras mais. Transferindo-se para o Paraná veio trabalhar na firma Zaccarias de Paula Xavier, na época líder de empreendimentos que até hoje marcam características de nosso Estado, pois afora dedicarse à madeira, pecuária, extração ervateira e exportação de erva-mate para os mercados da Argentina, Uruguai e Chile, foi a pioneira na implantação da Indústria de Louça em nosso País. Nesta época, foi designado Promotor Público, tendo exercido essas funções na Comarca de União da Vitória. Seu pendor natural para o magistério era mais forte que os interesses econômicos, destarte fez concurso para a cadeira de Geografia no Ginásio Paranaense, defendendo tese com o tema "Contribuição para Cororografia do Estado do Paraná". Sendo aprovado com louvor, a obra de sua tese foi editada, tendo servido por muitos anos como orientação no estudo dos aspectos geográficos de nosso Estado, no Brasil e no exterior. Foi homenageado nesta época com o título de sócio da Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro e designado Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Estudioso que sempre foi dos problemas pátrios, escreveu sua segunda obra "Recursos Econômicos da Amazônia", que já na época fazia a antevisão das potencialidades hoje comprovadas pelos projetos de integração da Amazônia. Dedicado à Literatura com notável senso poético sempre conseguiu exprimir desde sua juventude, através das rimas, o pensamento e o sentimento, colabrando assiduamente nos jornais e revistas editados na Capital Federal e em Curitiba.

Participava de famosas tertúlias literárias nos círculos representativos da intelectualidade, tendo como companheiros Emílio de Menezes, Serafim França, Plácido e Silva, Dario Veloso Roberto Barroso, José Pereira de Macedo e muitos outros cujas tradições enobrecem os alicerces culturais de nossa terra. Possuidor de uma intensa admiração pelo astrônomo Camille Flammarion, com quem manteve correspondência, deslumbrado com as maravilhas do Universo, tornou-se um estudioso do mesmo e escreveu sobre o assunto "Arcanum Coeli" — "A Terra, seu Nascimento, sua Vida, sua Morte" — "O Céu é a Casa de Deus", que o fizeram sócio da Société Astronomique de France.

Exercendo o magistério como meio de sobrevivência, lecionava no Ginásio Paranaense, posteriormente transformado em Colégio Estadual do Paraná, tendo sido seu Diretor. Um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná foi Professor e Vice-Diretor da mesma, quando foi incorporada à Universidade Federal do Paraná. Professor e Diretor do Colégio Iguaçu, Professor do Colégio Partenon Paranaense, Professor do Liceu Rio Branco, exerceu a nobre arte de ensinar à juventude de muitas gerações, deixando marca indelével de sua personalidade daqueles que em mais de trinta e cinco anos de magistério, foram seus alunos. Era motivo constante de seu orgulho, o encontro com ex-alunos que galgavam posições de destaque na política, no Exército e na vida pública. Senadores Gerais, Vice-Governadores Deputados Federais e Estaduais, Desembargadores e tantos outros líderes, o prestigiavam com admiração e amizade nascida nos bancos escolares. Este era o único orgulho que o Professor Francisco Villanueva carregava dentro da alma. Foi característica de sua personalidade, o desprezo pelos valores monetários, como se comprova na dedicatória de seu livro "Gotas de Pensamento em Flores do Caminho", que me permito transcrever:

MEU PAI

Obrigado, Meu Pai! Obrigado sim, pela grande riqueza que me deixaste e que com tua constante e inquebrantável vontade fostes lentamente acumulando para que eu fosse feliz, como sou!

Com a riqueza que me destes encontrei todas as portas abertas, todas as estradas limpas e iluminadas, sem pedras e com flores!

Todos os dias meu pensamento Te vê, Te fala e Te agradece a inesgotável fortuna que me deixastes. Conservo esta fortuna e a transmito aos meus filhos.

Não é dinheiro, que é coisa fúgil, que se funde com o uso, mas a perseverança no trabalho honestidade, dignidade, bondade, honradez. Essa foi a fortuna que me legastes, que quanto mais se gasta mais aumenta. Não há riqueza mais rica, mais bela e grandiosa!

Obrigado, Meu inesquecível Pai!

A atividade constante nos meios culturais, fez com que fosse designado Sócio Correspondente do Centro de Letras José de Alencar, do Paraná, local onde por ocasião do aniversário de seu falecimento foi realizada uma Sessão Solene presidida pela Dra. Juril de Plácido e Silva Carnasiali, tendo como orador o Dr. Plínio Costa, ambos seus ex-alunos, que infocaram imagens ines-

queáveis de suas características, nas quais se alternavam uma autoridade inabalável com exigências de absoluta disciplina ao lado de demonstrações de intensa sensibilidade e amizade pelos seus alunos.

Tinha características físicas, como seu porte baixo e costeletas largas. Era no entanto decidido e enérgico sendo que na Revolução de 1932, participou da mesma comandando o Batalhão Azauri, integrante da coluna do General João Francisco, constituído de gaúchos. Na frente da Batalha de Curinhos, podem ser comprovados os dotes de coragem pessoal e intrepidez, fazendo-o merecedor de louvores em sua folha de serviço como Capitão, sendo nesta oportunidade promovido a Major.

É esta a figura do Professor Francisco Villanueva, cujo nome pretendemos homenagear, que julgamos irá merecer a aprovação das Comissões e dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão, do Projeto de Lei n.º 179/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n.º 85/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 88/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 272/73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente reverenciando os mortos em 1935, por ocasião da intenção comunista no Brasil. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Padre Emir Caluf, pela sábia campanha que vem encetando pelo bom cinema, através o jornal local, "Voz do Paraná". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência e inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão do Projeto de Lei n.º 185/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam tomadas providências imediatas para implantação do sistema D.D.D. no Município de Campo Largo. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 2, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/74.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 88/72, 132/74, 166/74 e de Resolução n.º 40/74.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 179/74 e 155/74.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 32.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e hum dias do mês de novembro de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Gabriel Manoel apresentou redação final aos seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 21/74 — de autoria do Deputado Igo Losso, concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Ministro Mozart Victor Russomano.

PROJETO DE LEI N.º 38/74 — de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o P.E. a elevar a pensão mensal do Senhor Fred Hauber para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros).

PROJETO DE LEI N.º 39/74 — de autoria do Deputado Arizone Araújo, que autoriza o P.E. a construir através da Secretaria de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio de Francisco Beltrão.

PROJETO DE LEI N.º 54/74 — de autoria do Deputado Arthur de Souza, que autoriza o P.E. a conceder pensão mensal a Otávio Moreira da Silva, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

PROJETO DE LEI N.º 68/74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 25/74, encaminhando anteprojeto de lei que visa doar ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, o lote de terreno sob o n.º 4-B, com 1.290,00 m² da Planta Geral do referido Município.

PROJETO DE LEI N.º 71/74 — de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o P.E. elevar para 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a pensão mensal de Maria Alves Espinheira, viúva de ex-funcionário público estadual.

PROJETO DE LEI N.º 98/74 — de autoria do Deputado Borsari Netto, que autoriza o P.E. através da Secretaria de Obras Públicas, prestar auxílios em forma de reparos às entidades que especifica.

PROJETO DE LEI N.º 128/74 — de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores "Professora Eunice Maria Boni", do Colégio Estadual Governador Paulo Pimentel, da cidade de Mandaguáçu.

PROJETO DE LEI N.º 155/74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 58/74, encaminhando anteprojeto de lei que visa criar na Procuradoria Geral da Justiça, 3 (três) cargos de Curador da Fazenda Pública, e 1 (um) cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 11/74, que aprova o Termo Aditivo de

Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, e o Governo do Estado, visando o prosseguimento e ampliação de esforços na implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Organização e Modernização Administrativa.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

- a) Iris Caldart — Presidente.
a) Lélío Guimarães Sotó-Maior — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 21/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Ministro Mozart Victor Russomano, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Gabriel Manoel
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 38/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a pensão mensal concedida ao inválido Fred Hauber, pela Lei n.º 5.071, de 14 de abril de 1965.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Gabriel Manoel
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 39/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio de Francisco Beltrão, na sede do Município do mesmo nome.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Gabriel Manoel
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 54/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a Otávio Moreira da Silva.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Gabriel Manoel
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 71/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida a Maria Alves Espinheira, viúva de Afonso Alves Espinheira, ex-funcionário público estadual.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Gabriel Manoel
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 98/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica a Secretaria dos Negócios da Viação e Obras Públicas, autorizada a executar, pelo seu Departamento de Edificações e Obras Especiais reparos de pequena monta e assim considerados como tais, em casos caracterizados como de emergência nos estabelecimentos e instituições particulares de amparo à infância, à maternidade, à velhice, à invalidez e às instituições congêneres, declaradas de utilidade pública.

§ 1.º — Os reparos a que alude este artigo, serão procedidos, observadas as prioridades previstas na programação do Órgão Executor.

§ 2.º — As despesas para o atendimento no disposto na presente Lei, correrão à conta do sub-elemento 3.1.3.0.06 (reparos adaptações, recuperação e conservação de bens móveis e imóveis) do orçamento próprio do Departamento de Edificações e Obras Especiais, na dependência da disponibilidade financeira, no referido sub-elemento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Gabriel Manoel
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 128/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores Professora Eunice Maria Boni, do Colégio Estadual Governador Paulo Pimentel, em Mandaguáçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Gabriel Manoel
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 155/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 3 (três) cargos de Curador da Fazenda Pública e 1 (um) cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final, a serem preenchidos na forma da Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Gabriel Manoel
Alvaro Dias
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, em 15 de dezembro de 1972, objetivando o prosseguimento e ampliação do esforço para implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Organização e Modernização Administrativa.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Gabriel Manoel
Antônio Lopes Júnior
Relatores